

23/04/2019 - 05:00

Só metade dos Estados realizou investimento no primeiro bimestre

Por **Ana Krüger**

Dos 27 entes da federação, quatorze conseguiram destinar recursos para investimentos no primeiro bimestre deste ano, segundo informações do Tesouro Nacional no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) com foco nos Estados divulgado ontem.

O levantamento do Tesouro inclui dados de todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além do Ministério Público e da Defensoria Pública. Contempla as esferas federal, estadual, distrital e municipal. Paraná, Maranhão, Rio Grande do Norte e Roraima não enviaram os dados no prazo estipulado e, portanto, não entram na base de comparação. Os dados utilizados no relatório foram extraídos do sistema do Tesouro em 8 de abril.

A Bahia foi o Estado com maior porcentagem do orçamento destinada a investimentos nos dois primeiros meses: 4%. Mato Grosso do Sul, Sergipe, Pernambuco, Espírito Santo são alguns dos Estados que também conseguiram investir. No relatório do último bimestre de 2018, todos os 25 entes que divulgaram seus dados realizaram investimentos no período.

Um dos motivos para o baixo investimento é as despesas com pessoal. Todos os 23 entes da federação listados no relatório consumiram a maior parte dos recursos com esse tipo de gasto. Após as despesas com pessoal, os maiores gastos são com custeio e serviços da dívida.

Além de liderar os investimentos, a Bahia foi o Estado que mais reduziu despesas, com queda de 39%. Na sequência vêm Acre e Alagoas, com redução dos gastos de 7% e 6%, respectivamente. No sentido contrário, de acordo com o Tesouro, dos 23 entes analisados, 18 registraram aumento das despesas no bimestre ante igual período do ano passado. Lideraram o aumento de gastos Mato Grosso do Sul (46%), Rio Grande do Sul (36%) e Sergipe (30%).

Quando comparada a variação de receitas e despesas, fica claro o desequilíbrio nas contas. O relatório mostra que em 20 Estados houve aumento das receitas, na comparação com o primeiro bimestre de 2018. Porém, os percentuais são menores do que os de aumento das despesas.

A maior alta nas receitas foi registrada no Espírito Santo: 17%. Em segundo lugar aparecem Ceará, Rondônia e o Distrito Federal, ambos com crescimento de 14%, e em terceiro está o Piauí, com alta de 13%. O Amapá e Acre tiveram redução das receitas, de 15% e 12%, respectivamente.

Além de ver as receitas reduzidas, o Amapá é Estado o mais dependente de recursos federais. As transferências correntes, em que a maioria é de repasses da União, somaram 80% das receitas do ente no primeiro bimestre de 2019.

Na outra ponta está São Paulo, que contou com 93% de receitas próprias nos dois primeiros meses de 2019 e 7% de transferências correntes. Apesar de estar em Regime de Recuperação Fiscal, o Rio de Janeiro é o segundo Estado com maior proporção de receitas próprias, 91%.

O relatório faz ainda um panorama da dívida consolidada dos entes na comparação com o mesmo período do ano passado. Sergipe é o Estado com maior aumento da dívida no período (alta de 10%). Novamente a Bahia se destaca, desta vez com a segunda maior taxa de crescimento da dívida: 6%. A dívida também aumentou no Distrito Federal e em Goiás, com variações de 6% e 5%, respectivamente.

Não registraram variação: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Alagoas. Os demais reduziram as dívidas em, no máximo, 3%.

Tribuna

Estados vão ao STF e conseguem R\$ 12 bi

Em crise financeira, Estados conseguiram desde o ano passado decisões favoráveis do Supremo Tribunal Federal (STF) com potencial de dar um fôlego de R\$ 12 bilhões aos seus caixas. Levantamento feito pelo *Estadão/Broadcast*, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, aponta que os ministros ficaram do lado dos governadores em 78 de 99 ações apresentadas à Corte. É o que mostra reportagem do Estadão.

Nesses processos, os Estados pediram ao STF, por exemplo, que a União não bloqueasse o repasse de recursos como contrapartida ao calote que deram em prestações de empréstimos com garantia do Tesouro. Também solicitaram a retirada do nome dos Estados de cadastro de inadimplentes, o que impede governadores de contratar novos empréstimos. Além disso, pedem que não sejam punidos pelo descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e continuem sendo favorecidos pela renegociação da dívida com a União.

O jornal *O Estado de S. Paulo* apurou que há um temor na administra-

ção federal de que, com essas decisões, o sistema de garantia acabe entrando em colapso, porque, se a situação atual se perpetuar, a União não conseguirá mais entrar como garantidora de operações financeiras dos Estados. As decisões judiciais, na avaliação de integrantes do governo, enfraquecem a aplicação da LRF e estimulam um comportamento irresponsável dos Estados com as contas públicas.

Continua depois da publicidade

A Advocacia-Geral da União (AGU) decidiu criar um grupo de trabalho em janeiro para monitorar as ações movidas por Estados e municípios. Chamada de Coordenação-Geral de Assuntos Federativos, a equipe está vinculada à Secretaria-Geral de Contencioso da AGU.

“A judicialização da LRF na liberação de gastos e créditos em desacordo com os limites da lei ocasiona uma quebra de isonomia entre os entes federados, um aumento da dívida, impactando o orçamento estatal, sendo um risco na implementação de políticas públicas”, diz o secretário adjunto da Secretaria-Geral da Contencioso da AGU, Adriano Paiva.

A JUDICIALIZAÇÃO

da LRF na liberação de gastos e créditos em desacordo com os limites da lei ocasiona uma quebra de isonomia entre os entes federados, um aumento da dívida, impactando o orçamento estatal, sendo um risco na implementação de políticas públicas

23/04/2019 - 05:00

Restos a pagar chegam a R\$ 100 bi nos Estados

Por **Marta Watanabe**



Os gastos empenhados e não pagos no agregado dos 26 Estados e do Distrito Federal ao fim do ano passado somaram praticamente R\$ 100 bilhões. O valor levantado pela Secretaria do Tesouro Nacional inclui restos a pagar empenhados, liquidados ou não, referentes a 2018 e somados aos dos exercícios anteriores.

É um dado adicional no já conhecido cenário de deterioração das contas estaduais, mas que contribui para enxergar a dimensão do problema. O montante de restos a pagar é comparável ao do déficit previdenciário dos Estados que, em 2017, somou R\$ 94, 4 bilhões. Assim como nas contas da União, o déficit previdenciário dos entes federados está entre as despesas que mais pressionam os gastos correntes.

Mais que o valor absoluto, chama a atenção a evolução dos restos a pagar. Segundo levantamento do Tesouro que serviu de base para o relatório "RGF em foco", o total de restos a pagar do agregado dos Estados somou ao fim do ano passado R\$ 99,85 bilhões, com aumento nominal de 15% contra 2017. O ritmo de avanço dos restos a pagar dos Estados superou o da receita corrente líquida do agregado, que cresceu 6,5% na mesma comparação, ainda segundo os mesmos dados do Tesouro.

Em dez unidades da federação o total ultrapassa 10% a RCL

Pela legislação em vigor, na conta de restos a pagar são contabilizadas as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O processo de contratação pública de um serviço envolve três etapas: o empenho, a liquidação e o pagamento. O empenho ocorre, por exemplo, quando a licitação chega ao fim e o Estado escolhe quem prestará o serviço. A

liquidação representa a entrega do serviço contratado e o reconhecimento formal que o Estado tem de pagar. O pagamento, como diz o nome, ocorre quando há o pagamento ao prestador. Os restos a pagar são aquelas despesas que já foram empenhadas e em alguns casos liquidadas, mas ainda não foram pagas.

Há, portanto, dois tipos de restos a pagar: os processados e os não processados. Os não processados se referem a despesas que foram apenas empenhadas, mas ainda não foram liquidadas e pagas. Os processados se referem a despesas que foram empenhadas e liquidadas, ou seja, os fornecedores já prestaram os serviços e o Estado tem uma obrigação formal de pagamento.

A conta de restos a pagar faz parte do fluxo natural entre a contratação, a prestação de serviços e o pagamento. A forma como tem evoluído, porém, dizem analistas, mostra que os entes federados têm se financiado com o adiamento de pagamentos a servidores ou fornecedores.

O levantamento do Tesouro considera restos a pagar processados e não processados do exercício de 2018 e também os acumulados dos anos anteriores. No ano passado, os processados do exercício somaram R\$ 53,3 bilhões enquanto os de períodos anteriores foram de R\$ 22,2 bilhões. Os não processados referentes ao ano passado totalizaram R\$ 18,8 bilhões enquanto os de exercícios anteriores somaram R\$ 5,5 bilhões. Os Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal não haviam apresentado os dados completos quando o Tesouro fez o levantamento.

É verdade que os restos a pagar estão concentrados. Dos 27 entes, em dez os restos a pagar ultrapassaram os 10% da receita corrente líquida (RCL) no ano passado na classificação do Tesouro Nacional. Minas Gerais lidera a classificação, com restos a pagar equivalentes a 50% da RCL. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estão com índices de 32% e 26%, respectivamente. Mas fora desses três entes mais lembrados quando se fala em crise dos Estados, Amapá e Mato Grosso apresentaram, cada um, restos a pagar equivalentes a 28% da RCL.

Especialistas em contas públicas dizem que os Estados passaram pelo período de recessão em 2015 e 2016 com níveis distintos de esforço fiscal. Mas a falta de sustentabilidade financeira dos entes federados, avaliam, está mais atrelada a uma questão estrutural comum a todos os Estados no que se refere à evolução das despesas correntes, principalmente em relação aos gastos com pessoal.

Paulo Fugulin e Thais Funagoshi, analistas da Fitch Ratings Brasil, acompanham os restos a pagar processados dos Estados. Segundo eles, esses valores permanecem historicamente entre 6,5% a 7% das receitas, a despeito do esforço de elevação de receitas e redução de gastos que muitos entes fizeram nos últimos anos. Fugulin lembra que muitos Estados

fizeram um esforço de arrecadação, com receitas crescendo acima da inflação. No campo das despesas, porém, diz Fugulin, ao menos parte da redução obtida foi diluída pelo crescimento das despesas previdenciárias, mesmo com medidas adotadas por alguns entes, como a elevação da contribuição previdenciária. Para o analista, não há atualmente perspectiva de melhora do quadro atual dos Estados porque as soluções para os desafios estruturais dos entes federados ainda não foram encaminhadas. Uma reforma previdenciária que alcance as aposentadorias dos servidores estaduais, lembra ele, ainda não se concretizou.

Ao mesmo tempo, a economia não deve se acelerar muito mais e alavancar a arrecadação dos Estados, diz Fugulin. Ontem, pela pesquisa semanal Focus divulgada pelo Banco Central, a mediana das projeções do mercado para o crescimento do PIB em 2019 caiu de 1,95% para 1,71%, na oitava queda consecutiva. Para Fugulin, a reforma previdenciária poderia ser um primeiro passo para que os governadores atuais usem seu capital político para outras mudanças no campo dos gastos de pessoal e que dependem das respectivas assembleias legislativas. Ma isso também depende de qual reforma previdenciária será aprovada.

A economista Ana Carla Abrão, sócia da Oliver Wyman, diz que o dado de restos a pagar evidencia o grau de desequilíbrio dos Estados e a dificuldade em reduzir a pressão de despesas correntes. Ela avalia que os valores, embora significativos, podem ser ainda maiores que os declarados nos relatórios. O plano de reequilíbrio fiscal que o governo federal estuda pode dar alívio de curto prazo a alguns Estados e, diz ela, pelo que tem sido divulgado, tem o ponto positivo de ser a primeira vez em que se exigirá que os entes federados entreguem antes os resultados para depois receber os benefícios acordados. A economista defende, porém, que mesmo com esse alívio os Estados precisam atacar a estrutura de gastos de pessoal, raiz do problema.

Marta Watanabe é repórter

E-mail: marta.watanabe@valor.com.br

FOLHA DE S.PAULO

Pela 8ª vez seguida, economistas diminuem estimativa de crescimento do PIB em 2019

Flávia Lima

SÃO PAULO Pela oitava vez consecutiva, o mercado reduziu as projeções para o crescimento econômico neste ano. A alta de 1,95% registrada da há uma semana agora está em 1,71%.

Não é de hoje, porém, que os economistas que respondem ao Boletim Focus, do Banco Central, vêm reduzindo as suas previsões para o PIB (Produto Interno Bruto), levados, primeiro, pela fraca herança deixada por 2018. Mais tarde, pelo desencanto precoce com o governo de Jair Bolsonaro (PSL).

O grupo chegou a prever crescimento ao redor de 2,6% em meados de janeiro.

As previsões começaram a piorar com mais força após 13 de fevereiro, data em que as expectativas para o PIB de 2019 estavam em 2,5% — marca que não foi mais alcançada.

Em um primeiro momento, a divulgação do PIB de 2018, em 28 de fevereiro, acendeu o sinal amarelo. Um dia depois, em 1º de março, o Focus registrou a revisão diária mais brusca desde o início de 2018.

As previsões foram reajustadas de uma alta de 2,46% para 2,3%.

A redução de 0,16 ponto percentual de um dia para o outro superou o maior ajuste feito para o PIB de 2019, ocorrido em junho do ano passado. No dia 18 daquele mês, a redução foi de 0,15 ponto percentual (de +2,7% para +2,55%).

Além do baixo crescimento da economia em 2018, de 1,1% no período, os economistas souberam também que, no último trimestre de 2018, a economia cresceu apenas 0,1% em relação ao trimestre

Mais um ano perdido

Mercado
projeta
PIB cada
vez menor
em 2019

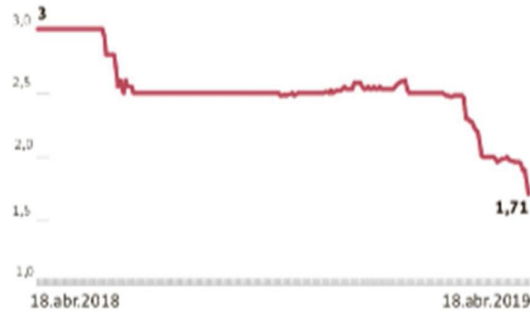
Estimativas do
boletim Focus, do
Banco Central

*Dados
dessazonalizados
Fontes: Banco
Central e IGV



Em
economias
estagnadas,
o risco político
acaba gerando
crises

José Francisco
de Lima
Gonçalves
economista-
chefe do
Banco Fator



anterior, deixando uma herança bastante fraca para este ano.

Além da frustração com o desempenho do PIB no ano passado, as revisões mais recentes passaram a absorver decepções com o governo.

Além da falta de articulação política para tocar projetos considerados cruciais pelo mercado (como a reforma da Previdência), economistas colocam na conta riscos não mapeados, como os ligados à política econômica do governo.

As idas e vindas em relação ao preço do diesel seriam o exemplo mais emblemático.

A notícia ruim é que esse risco parece ainda não ter sido incorporado pelo Focus, o que significa que as revisões baixistas devem continuar.

No mercado, já há quem espere uma alta para o PIB abaixo de 1,5%. Não é demais lembrar que, até junho de 2018, a alta esperada para o PIB deste ano chegava a 3%.

Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Fibra, diz que suas estimativas fo-

ram caindo ao longo dos meses: a previsão, que até o início de fevereiro era de alta de 2,5%, caiu para 1,7%, número que também foi revisto.

"Neste ano vamos crescer 1% mesmo. A economia cresce em ritmo lento por problemas de oferta ligados ao PIB potencial [o quanto a economia pode crescer sem pressionar a inflação], que por sua vez refletem e vão refletir por muitos anos a política heterodoxa equivocada da presidente Dilma Rousseff", diz Oliveira.

Alberto Ramos, diretor de pesquisa para América Latina do Goldman Sachs, diz ser "extremamente decepcionante que a retomada depois da maior recessão da história recente seja tão fraca". Isso, diz ele, apesar de juros na mínima histórica e inflação baixa e controlada.

José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, espera expansão de 1,3% para a economia em 2019. "Em economias estagnadas, o risco político acaba gerando crises", diz.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

BOLETIM FOCUS Previsão de crescimento da economia, divulgada semanalmente pelo Banco Central, agora é de 1,71%

Projeção de expansão do PIB cai pela 8ª vez

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

Instituições financeiras reduziram pela oitava vez seguida a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano.

A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – agora caiu de 1,95% para 1,71% este ano.

Para 2020, também houve redução: de 2,58% para 2,50%. Essa foi a quinta redução consecutiva. As estimativas de crescimento do PIB para 2021 e 2022 permanecem em 2,50%.

Os números constam do boletim Focus, publicação semanal elaborada com base em estimativas de instituições financeiras sobre os principais indicadores econômicos. O boletim é divulgado sempre às segundas-feiras, pelo Banco Central (BC), em Brasília.

Inflação

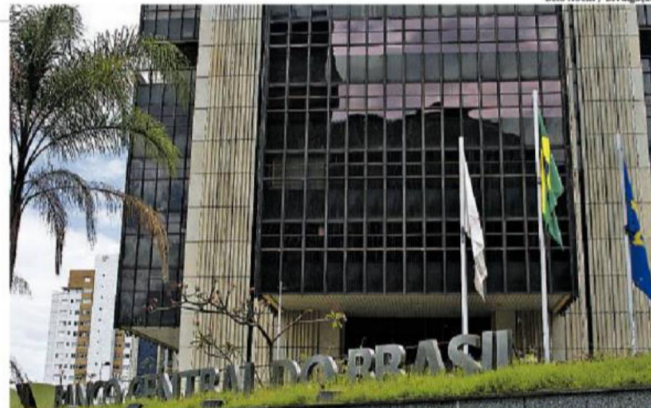
A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Para 2020, também houve redução da projeção: de 2,58% para 2,50%

As estimativas de crescimento do PIB para 2021 e 2022 permanecem em 2,50%

Amplio (IPCA), foi ajustada de 4,06% para 4,01% este ano. Para 2020, a previsão segue em 4%. Para 2021 e 2022, também não houve alteração: 3,75%.

A meta de inflação deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é 4,25%, com intervalo de to-



Boletim semanal do BC traz expectativas do mercado financeiro para a economia

lerância entre 2,75% e 5,75%. A estimativa para 2020 está no centro da meta: 4%. Essa meta tem intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para 2021, o centro da meta é 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. O CMN

ainda não definiu a meta de inflação para 2022.

Taxa Selic

Para controlar a inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic. Para o mercado financeiro, a Selic deve permanecer no seu mínimo

histórico de 6,5% ao ano até o fim de 2019. Para o fim de 2020, a projeção segue em 7,50% ao ano. Para o fim de 2020 e 2021, a expectativa permanece em 8% ao ano.

A Selic, que serve de referência para os demais juros da economia, é a taxa média cobrada nas negocia-

ções com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

A manutenção da Selic este ano, como prevê o mercado financeiro, indica que o Copom considera as alterações anteriores nos juros básicos suficientes para chegar à meta de inflação.

Ao reduzir os juros básicos, a tendência é diminuir os custos do crédito e incentivar a produção e o consumo. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de ficar acima da meta de inflação.

Quando o Copom aumenta a Selic, a meta é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Dólar

A previsão do mercado para a cotação do dólar subiu de R\$ 3,70 para R\$ 3,75 no fim de 2019 e de R\$ 3,78 para R\$ 3,80 no fim de 2020.

23/04/2019 - 05:00

Benefícios tributários voltam a aumentar

Por **Fábio Pupo**

Os subsídios concedidos pelo país custaram R\$ 314,2 bilhões à União em 2018, o que representa uma queda de 13% em relação ao ano anterior. A retração ocorreu graças ao corte significativo em benefícios financeiros e creditícios (como empréstimos com juros subsidiados). Por outro lado, os benefícios tributários continuam em alta e - para o governo - devem ser o próximo desafio a ser enfrentado para reduzir a conta.

Números divulgados pelo Ministério da Economia mostram que o patamar de benefícios tributários em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) não para de aumentar desde 2016, quando foi aprovado o teto de gastos. Naquele ano eles representavam 4,22% do PIB, em 2017 subiram para 4,25% e, em 2018, chegaram a 4,28%.

Técnicos do governo já haviam feito alertas no passado para o risco de um aumento dos benefícios tributários a partir da criação do teto de gastos. Como a norma constitucional limita as despesas da União - o que dificultaria, por exemplo, programas de equalizações de juros e preços ou assunção de dívidas do empresariado -, as demandas do empresariado por ajuda do governo poderiam ser direcionadas a menores pagamentos de impostos. Isso porque, diferentemente de outros subsídios, o benefício tributário não impacta as despesas (e sim as receitas) da União - por isso, "escapam" da limitação.

O secretário de Políticas Públicas, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia, Alexandre Manoel, defendeu que os nível de benefícios tributários se estabilizou mesmo com pedidos do empresariado por políticas específicas de impostos. "Só o fato de não ter aumentado mostra que o governo tem feito um grande esforço. Não foi por falta de demanda, mas porque o governo está imbuído em fazer ajuste", disse.

Mesmo assim, ele diz que os benefícios tributários serão o tema a ser enfrentado pelo governo para reduzir as despesas na área nos próximos anos. "O ajuste [de 2015 até hoje] foi focado nos benefícios financeiros e creditícios. Se o governo quiser continuar nessa trajetória de ajuste nos subsídios, o caminho a ser seguido é o ajuste em benefícios tributários", disse.

O secretário lembrou que o governo vai mandar até o fim do ano uma proposta ao Congresso para reduzir os subsídios nos próximos anos e um comitê foi formado recentemente para acompanhar o tema. Segundo ele, estudos são feitos para avaliar políticas como da desoneração da folha de pagamento, da Lei de Informática e até da cesta básica. E afirma que o foco será reestruturar o que não está "adequado" para a sociedade.

Enquanto medidas voltadas aos benefícios tributários são avaliadas, o governo registra queda expressiva nos subsídios totais. A conta caiu de 6,1% do PIB em 2016 para 5,5% em 2017. Em 2018, ficou em 4,6%. Só nos financeiros e creditícios, o patamar passou de 1,3% do PIB em 2017 para 0,3% em 2018. Contribuíram para o resultado a mudança nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e a liquidação antecipada pelo BNDES de empréstimos à União, por exemplo.

Tribuna

“Reforma precisa de mudanças profundas para ser aprovada”, diz líder

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Daniel Almeida disse, ontem, que a reforma da Previdência, que foi encaminhada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) ao Congresso Nacional, só será aprovada na comissão especial se tiver “modificações profundas” no texto. Ontem, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM), disse que “vai passar bem” hoje na votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Caso seja aprovada, a proposta segue para a co-

missão especial.

Para Almeida, o texto será aprovado hoje na CCJ. “Eles (o governo) vão aprovar porque é maioria simples. Os membros (do colegiado) são escolhidos de acordo com a opinião que têm. Então, tem condições de votar e aprovar a admissibilidade, mas não vai ser uma vitória muito folgada”, avaliou o comunista, em entrevista à **Tribuna**. No entendimento dele, na comissão especial, onde se analisa o conteúdo da proposta, o governo terá “mais dificuldades”. “Mas ainda assim será maioria simples e pode ser aprovada, se tiver profundas modificações. Se não tiver, não terá condições na comissão especi-

al”, ressaltou.

Para o líder do PCdoB, a tarefa que será “muito difícil” é aprovar a proposta no plenário, onde o governo precisa do apoio de 3/5 da Câmara. De acordo com Almeida, quatro pontos hoje são as maiores queixas dos deputados. São eles: as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), as alterações na aposentadoria rural, a desconstitucionalização e a criação da capitalização. “São as agressões mais escancaradas, mas existem outros problemas, como o tempo de contribuição, e que vão merecer posições contrárias”, pontuou.

Para ele, o seu partido, que tem nove deputados,



DANIEL ALMEIDA disse que a reforma da Previdência só será aprovada na comissão especial se tiver “modificações profundas” no texto

que ele indicou para o Congresso estão mais preocupados com as vaidades individuais, como vai aparecer na mídia e no Twitter, do que com aglutinação coletiva”, analisou.

Também coordenador da bancada da Bahia, Daniel Almeida disse que tem “conversado de forma institucionalmente” com o governo Bolsonaro sobre as demandas do estado. Entre elas, a liberação de R\$ 2 bilhões que, segundo o governador Rui Costa (PT), a União deve a Bahia. Os recursos seriam oriundos do INSS. “Isso é uma coisa. A bancada já tem isso levantado, mas não é um pleito da Bahia e da bancada. A gente não pode colocar isso na conta das discriminações. É um problema geral”, ressaltou. Segundo ele, o Palácio do Planalto “não disponibilizou nada” nem para a Bahia nem para os outros estados até o momento. “O governo não tem ação. Não tem uma obra nova autorizada”, acrescentou.

não precisa fechar questão sobre a matéria. “O PCdoB nem precisa fechar questão, porque sabe que esta reforma não serve ao Brasil. Porque maltrata o Brasil. Nós achamos que a Previdência pode sofrer reforma e deve, mas não essa. O conteúdo dela não serve”, acrescentou. Até o momento, só o PSL – partido de Bolsonaro – fechou questão (isto é, todos os membros votar da

mesma forma) sobre a reforma. A sigla do capitão da reserva votará unida a favor do texto.

Daniel Almeida avalia que o governo Bolsonaro ainda não resolveu a articulação política. “É o que todo mundo constata. O governo não tem articulação política. Quem ajuda a desarticular é o próprio presidente. Toda vez que fala contribui para a desarticulação. Os líderes

PREVIDÊNCIA

Marinho diz que alterações não devem afetar economia



ROGÉRIO MARINHO afirmou que negocia alterações que não mexam na ‘espinha dorsal’ da proposta

ALEXANDRO MARTELL
G1

O secretário-especial da Previdência, Rogério Marinho, afirmou ontem que mudanças no texto da reforma não devem afetar o valor que o governo prevê economizar caso a proposta seja aprovada. Pelos cálculos da equipe econômica, a reforma permitiria ao governo economizar R\$ 1,16 trilhão em 10 anos. Segundo Marinho, as negociações feitas com parlamentares sobre eventuais alterações na reforma vão preservar esse valor. “Estamos tratando do tema com os líderes que nos procuraram para trazer algumas sugestões. É possível [haver] algumas modificações, mas, como eu já disse anteriormente, não haverá impacto fiscal e nem se

mexerá na espinha dorsal do projeto no que tange à questão previdenciária”, declarou Marinho a jornalistas.

Ele também disse que a previsão é de o parecer sobre a reforma ser votado nesta terça-feira (23) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. “Amanhã haverá a votação. É a informação que eu tenho dos líderes e do próprio presidente da CCJ, do presidente [da Câmara] Rodrigo Maia e daqueles que fazem parte da comissão. A maior parte dos partidos que estão alinhados com a pauta está convencida da necessidade de ultrapassarmos essa etapa, até porque, o mérito, nós iremos discutir na comissão especial”, concluiu.

Questionado sobre os pontos que podem ser alterados a partir da negociação

com os deputados, Marinho não quis dar mais detalhes. “Só posso falar no projeto no momento em que o acordo for fechado. Vários deputados estão retornando do feriado de Páscoa, e a gente está fazendo o que a legislação trabalhista permite, o teletrabalho”, declarou.

Em seu blog no G1, o jornalista Valdo Cruz informou que o governo aceitou retirar da reforma da Previdência Social quatro pontos da proposta de que está em tramitação CCJ da Câmara. São eles: o que retira a obrigatoriedade de recolhimento de FGTS de aposentados e do pagamento da multa de 40% da rescisão contratual deles; o que define o foro de Brasília para qualquer tipo de ação judicial sobre questões previdenciárias da reforma; retirada da definição de apo-

sentadoria compulsória da Constituição, transferindo mudanças para lei complementar; o que deixa apenas nas mãos do Executivo federal qualquer proposta de alteração nas regras da Previdência. O secretário de Previdência informou ainda que a sinalização que de deputados, e de líderes que apoiam o projeto de reforma da Previdência, é de que essas alterações na proposta já estão “pacificadas”.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que os deputados terão acesso aos dados detalhados em embasamento a proposta de reforma da Previdência nesta quinta-feira, 25. Deputados da oposição querem barrar a votação da admissibilidade da proposta do governo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

miriam leitão



Jabutis e ruídos na Previdência

O governo colocou pontos na reforma da Previdência que aumentaram a vulnerabilidade de um projeto que em si já é bastante polêmico. Os jabutis incluídos para serem usados como moeda de negociação ajudaram os setores mais fortes de oposição ao texto, que são os servidores públicos. A proibição de acesso aos dados preparatórios não tem justificativa alguma e também cria um ambiente que fortalece a resistência. Têm havido vários erros estratégicos na formulação e na defesa da PEC 6/2019.

Não há motivo razoável para não permitir o acesso aos dados e estudos que levaram à preparação da reforma, se eles estão convencidos dos números, dos cálculos e das propostas que fizeram. Ontem, no meio da crise, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, anunciou que eles serão divulgados na quinta-feira. Enquanto uma parte da oposição queria judicializar a proposta.

Evidentemente cada número precisa ser entendido no seu contexto. Um exemplo disso: o governo sempre coloca que o déficit dos militares é de R\$ 20 bilhões, mas

isso é apenas o déficit do pagamento de pensões. O rombo de todo o sistema é mais do que o dobro disso. O que subestima o dado negativo é que os militares não aceitam o conceito de que estão aposentados. Dizem que estão na reserva, à disposição do país. Se não se aposentam não há déficit, na interpretação deles. Os formuladores da proposta decidiram aceitar essa versão dos fatos, mas isso evidentemente não elimina o desequilíbrio que existe no sistema previdenciário dos militares.

O erro mais gritante na formulação da proposta foi em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) porque ele tem servido como biombo para que os servidores enfraqueçam a reforma. As várias categorias de funcionários têm ganhos mais altos do que os trabalhadores do setor privado e eles é que serão mais afetados pela reforma. É difícil sustentar o argumento de que eles estão defen-

dendo o 'direito' de receber até R\$ 39 mil hoje, que é uma possibilidade para quem entrou no serviço público antes de 2003. Mais fácil é dizer que a reforma atinge os miseráveis. Para que dar a eles esse argumento? Nos dados divulgados no dia de apresentação da reforma, o ganho com o BPC mais a mudança do abono salarial será de R\$ 41,4 bilhões em quatro anos e R\$ 182,2 bilhões em dez anos. O governo diz que a mudança do BPC é neutra e que esse valor é apenas porque está misturado com a redução do abono, que passaria a ser concedido apenas para quem ganha até um salário mínimo. Se é neutra, é preferível que os cálculos sejam mostrados.

Há muitos indícios de que há fraude na aposentadoria rural, mas eles nunca conseguiram explicar bem a razão das propostas que fizeram. Sendo assim, ficou de novo sendo uma ótima desculpa para se atacar a reforma.

Outra medida é a de aumentar as alíquotas da contribuição dos servidores. Só que ela será aplicada de forma progressiva. A alíquota de 22% é apenas nominal. A efetiva é de 16,79%. Esse foi outro ponto que deu argumento à oposição, porque o que fica valendo para efeito do debate é o número 22%.

Durante todas as apresentações feitas pela equipe para defender e explicar a reforma gastou-se tempo demais com o debate em torno da capitalização, que no final das contas não foi ainda apresentado. Chegaram a falar em minúscias como a de que há uma possibilidade de que seja o sistema "nacional" usado na Itália, Suécia ou Polônia, em que se a poupança da pessoa não for suficiente para o pagamento de um mínimo mensal, o Tesouro complementa. Mas como não foi formulada a proposta ainda, todo esse tempo de debate é ocioso e diminui o espaço de discussão da reforma realmente apresentada.

O governo propôs a desconstitucionalização dos parâmetros da Previdência porque a maioria das constituições do mundo não trata desse tipo de detalhe das regras e dos parâmetros. O problema é que ao incluir a idade máxima para aposentadoria compulsória, o projeto entra em campo minado. Foi entendido como uma forma de mudar a PEC da Bengala que, se for alterada por lei complementar, poderá dar ao atual presidente o poder de nomear mais ministros para o Supremo. Isso aumentou a resistência à reforma.

Há pontos que não há motivo para terem sido incluídos, como o que acaba com o FGTS para quem já está aposentado e volta ao mercado de trabalho. Reformar a previdência no Brasil é brigar com muitos interesses. Se quem propõe comete erros estratégicos fica mais difícil ainda. Tomara que o governo tenha sucesso em se explicar e em tirar os jabutis do projeto.

Reformar a Previdência é difícil, e fica pior se o governo embebe truques, não se explica, e ainda decreta sigilo de documentos.

FOLHA DE S.PAULO

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Sigilo injustificável

Pasta da Economia nega de modo descabido acesso a dados sobre a reforma da Previdência, cruciais ao debate parlamentar e ao escrutínio da sociedade

A prepotência tecnocrática ou alguma estratégia política obtusa talvez o explique, mas nada justifica o estapafúrdio sigilo decretado pela pasta da Economia acerca de documentos que embasam a reforma da Previdência Social.

Nem mesmo deveria ter sido necessário que esta Folha pedisse ao ministério, com base na Lei de Acesso à Informação, registros de projeções e estudos relacionados à proposta de mudança do sistema de aposentadorias em tramitação na Câmara dos Deputados.

Trata-se, afinal, de projeto que afeta diretamente a enorme maioria dos trabalhadores brasileiros, além de conter objetivos econômicos de interesse de toda a sociedade. O singelo bom senso recomenda que todos os dados a seu respeito precisem estar disponíveis de pronto ao escrutínio público.

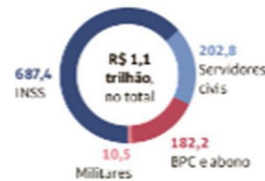
Não param de pé os argumentos utilizados pela pasta ao negar o pleito deste jornal. Alega-se que os documentos foram classificados com nível de acesso restrito — só podendo ser consultados por certos servidores e autoridades — em razão de seu caráter preparatório de um ato administrativo, conforme previsto na legislação.

Ora, mesmo do ponto de vista desse formalismo miope, a proposta de reforma já está no Congresso, não mais nos escaninhos do Executivo. É a deputados e senados que cabe, agora, debater e negociar o texto com as melhores informações à disposição.

Não por acaso, lideranças da Câmara já indicavam nesta segunda-feira (22) que o sigilo do material cairá quando o projeto chegar

Economia com a reforma da Previdência

Em dez anos, R\$ bi



Fonte: Estimativas oficiais

à comissão especial encarregada de examinar seu mérito — logo depois, portanto, da votação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na qual apenas se considerava sua adequação à Carta.

Já se conta com fatura de dados a comprovar o estado calamitoso das finanças da Previdência; ademais, o governo divulga anualmente, com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, projeções para os regimes que atendem a trabalhadores da iniciativa privada, servidores federais civis e militares.

Falta, em particular, o detalhamento das estimativas do impacto de cada medida proposta, fundamental para a discussão parlamentar. Sabe-se que a reforma se propõe a economizar cerca de R\$ 1,1 trilhão em dez anos — e que é virtualmente nula a chance de passar incólume pelo Congresso.

Possivelmente o governo tema a distorção e a exploração de magógica de cifras, que decerto ocorrerão. A transparência implica custos, de fato; do contrário, não seria uma virtude tão preciosa.

23/04/2019 - 05:00

Alíquota progressiva gera perda de R\$ 7,8 bi em 10 anos, diz IFI

Por Ribamar Oliveira

O governo vai perder cerca de R\$ 7,8 bilhões em dez anos se o Congresso aprovar as alíquotas progressivas para as contribuições ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS), segundo projeção feita pela Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade do Senado.

Assim, a medida que procura promover maior justiça entre os contribuintes não é neutra, do ponto de vista fiscal. A IFI diz que "o efeito da medida é mais redistributivo do que fiscal". O diretor-executivo da entidade, Felipe Salto, disse ao **Valor** que as alíquotas progressivas são importantes por duas razões. "Tornam o sistema potencialmente mais justo e abrem caminho para as discussões maiores sobre o tema no âmbito da reforma tributária", afirmou.

Impacto fiscal

Mudança nas regras de contribuição previdenciária, em R\$ bilhões

■ Regime Geral de Previdência Social (RGPS) - cenário de reajuste de sal

	2020	2021	2022	2023
Contribuição previdenciária	-2.085,6	-2.143,8	-2.192,6	-2.235,7
IRPF	-284,6	-292,6	-299,2	-305,1
Total	-2.370,2	-2.436,4	-2.491,8	-2.540,8

■ Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

Contribuição previdenciária	2.541,8	2.544,1	2.546,2	2.548,3
IRPF	-703,8	-704,5	-705,8	-705,8
Total	1.838,0	1.839,6	1.841,1	1.842,5

Fonte: IFI. * no caso do RPPS, a estimativa leva em consideração apenas os servidores do Poder Executivo

Em sua análise, a IFI advertiu que sua projeção sobre a perda de receita está subestimada, pois, no caso do RPPS, só contemplou os servidores do Executivo federal. A entidade explicou que não teve acesso às informações sobre a distribuição de salários e aposentadorias do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público da União.

O cálculo feito pela IFI leva em consideração o efeito das mudanças previstas na reforma na arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF). A base sobre a qual incidem as alíquotas do IRPF é líquida das contribuições previdenciárias. Assim, se o servidor ou o trabalhador da iniciativa privada passar a pagar uma contribuição previdenciária maior, a base de cálculo do IRPF cairá, assim como a arrecadação.

Com a adoção de alíquotas nominais progressivas para as contribuições ao RGPS, que variarão de 7,5% a 14%, dependendo da faixa de renda, com incidência cumulativa, o próprio governo já admitiu uma perda de receita de R\$ 27,6 bilhões em dez anos. A estimativa da IFI para a perda varia de R\$ 23,2 bilhões a R\$ 32,5 bilhões, dependendo da regra que valerá, a partir de 2020, para a correção do salário mínimo.

A perda de receita com a mudança das contribuições ao RGPS é explicada pelo fato de a quantidade de contribuintes beneficiados pela redução da alíquota previdenciária ser muito maior do que os que terão aumento de alíquota. Cerca de 60% dos contribuintes do RGPS ganham até dois salários mínimos.

O governo estima que é possível compensar a redução da receita do RGPS com o aumento na arrecadação com as novas alíquotas progressivas nominais para RPPS, que variarão de 7,5% a 22%, dependendo da faixa de renda, com incidência cumulativa. A projeção oficial é de aumento de R\$ 29,3 bilhões na arrecadação do RPPS até 2029. Haveria, portanto, um ganho para os sistemas previdenciários de R\$ 1,7 bilhão (R\$ 29,3 bilhões menos R\$ 27,6 bilhões).

A estimativa da IFI também é de ganho de receita do RPPS, mas um pouco menor: de R\$ 25,5 bilhões. A diferença de valores provavelmente é explicada porque a projeção da IFI foi feita considerando apenas os servidores do Executivo federal.

O ganho de arrecadação com as novas contribuições ao RPPS é explicado pelo fato de 80% dos servidores ativos ganharem mais de R\$ 4,5 mil, que é considerada a remuneração neutra, do ponto de vista do impacto das alíquotas previstas na proposta de Reforma.

Em seu estudo, que está disponível na página da entidade no Senado, a IFI adverte que o importante é estimar o "impacto líquido" da medida, ou seja, considerar também o "efeito indireto" da perda de receita com o IRPF. Feito isso, a instituição estimou uma perda de R\$ 26,3 bilhões com a mudança das alíquotas para o RGPS, considerando que o salário mínimo seria corrigido apenas pelo INPC, e um ganho de R\$ 18,5 bilhões com as novas contribuições para o RPPS. Assim, o impacto líquido negativo passaria a ser de R\$ 7,8 bilhões. O governo não apresentou a sua estimativa para a perda do IRPF.

A IFI projetou os impactos fiscais de várias medidas da proposta de reforma da Previdência do governo. Com todas as mudanças no RGPS, a entidade estimou uma redução de despesas de R\$ 670,9 bilhões, em dez anos, um pouco abaixo da estimativa oficial, que é de R\$ 715 bilhões.

Aprovada a reforma, a IFI projeta estabilização do gasto previdenciário agregado em proporção do PIB em dez anos. A redução de gastos promovida pelo aperto na idade mínima para as mulheres que se aposentam na modalidade rural (de 55 para 60 anos) foi estimada em R\$ 49,6 bilhões, em dez anos.

Tribuna

Paulo Guedes

prepara medidas fortes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que o governo está preparando uma sequência de medidas "extraordinariamente fortes e positivas" para o país.

"Tem coisas excelentes sendo preparadas, como choque de energia barata, o pacto federativo, a redução e simplificação dos impostos, as privatizações", disse, em entrevista à Globonews. É o que mostra reportagem de Kelly Oliveira - Repórter da Agência Brasil Brasília.

O ministro, no entanto, condicionou a implementação das medidas à organização das contas públicas, com a aprovação da reforma da Previdência. Paulo Guedes disse que o governo tem uma estratégia para a aprovação da reforma. "Eu não posso falar onde a gente cede. A gente tem uma estratégia de negociação. A gente está preparado para ceder em algumas coisas e não ceder em outras", disse.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes também informou que o secretário da Receita, Marcos Cintra, estuda unificar tributos para criar um imposto único federal. Segundo o ministro, estão sendo analisadas as bases de tributos como a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).